

Termo de Compromisso FEAM/GST nº. 124511605/2025

Belo Horizonte, 07 de outubro de 2025.

TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL POR INTERVENÇÃO EM MATA ATLÂNTICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM E INTERCEMENT BRASIL S.A. (2090.01.0018249/2024-05)

Pelo presente instrumento, a empresa **InterCement Brasil S.A.**, endereço: Rodovia Agnésio Carvalho de Souza, Km 6,5 s/nº - Sítio Andrezza, Distrito Industrial, CEP nº 37.205-000, inscrita no CNPJ sob o nº 62.258.884/0024-22, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, neste ato representada por Fabrício Drager Horta de Azevedo e o Luiz Augusto Klecz seus representantes legais, cujos dados pessoais estão em anexo, indisponíveis publicamente, com base na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se compromete, por meio deste termo, perante a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM**, com sede na Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 - Bairro Serra Verde - Edifício Minas. 1º andar, Belo Horizonte/MG, doravante denominada **COMPROMITENTE**, representada, neste ato, por **Kamila Esteves Leal**, Diretora de Gestão Regional, a promover compensação por intervenções ambientais realizadas, nos termos da Instrução de Serviço/IS – SISEMA nº 02, de 07 de abril de 2017 e com fulcro na Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, no Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, no Decreto Estadual nº 47.749, de 11 de novembro de 2019 e nos termos e condições a seguir expostos.

CONSIDERANDO que a COMPROMISSÁRIA formalizou junto à Diretoria de Gestão Regional - DGR, proposta de compensação preconizada na Lei nº 11.428/2006, em razão da intervenção em Bioma Mata Atlântica, decorrente do pedido de intervenção ambiental no Processo Administrativo SLA nº : 1450/2023 (Processo SEI nº 1370.01.0022418/2023-64) referente a Licença Ambiental Concomitante LAC 2 (LP + LI) Projeto de Ampliação das Atividades minerárias para fabricação de cimento, no município de Ijaci – MG.

CONSIDERANDO que com a nova organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 48.706/2023 e o novo Estatuto da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, previsto no Decreto Estadual nº 48.707/2023, a competência para análise dos processos de licenciamento passa a ser da Diretoria de Gestão Regional, nos termos dos arts. 16 e 17 do Decreto Estadual 48.707/2023, sendo ainda estabelecido no art. 51 que os processos em trâmite na extinta SUPPRI terão sua análise e decisão finalizada pela Diretoria de Gestão Regional;

CONSIDERANDO que a COMPROMISSÁRIA realizará intervenção em 53,116 hectares de vegetação localizadas no domínio do Bioma Mata Atlântica, conforme dados da plataforma IDE – Sisema, em uma área de Floresta Estacional Semidecidual estágio Médio de regeneração natural.

CONSIDERANDO que os artigos 17 e 32, da Lei Federal nº 11.428/2006, os artigos 26 e 27 do Decreto Federal nº 6.660/2008 e os artigos 48 a 51 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, estabelecem as formas de destinação de área para o cumprimento da medida compensatória de caráter obrigacional;

CONSIDERANDO que a proposta de compensação compreende:

a) Destinação de área de 20,445 hectares na fazenda Santa Rosa (matrícula nº 24.107) para doação ao

poder público pendente de regularização fundiária, localizadas no Parque Estadual Serra do Papagaio de acordo com inciso II do artigo 2º da Portaria IEF nº 30/2015 c/c artigo 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 c/c artigo 26, inciso II do Decreto Federal nº 6.660/2008 e os artigos 48 e 49 do Decreto Estadual nº 47.749/2019;

b) Destinação de área de 70,528 hectares na Fazenda Reis (matrícula nº 65676) para conservação mediante a "Instituição de Servidão Ambiental em caráter perpétuo" de acordo artigo 2º, inciso I, § 2º da Portaria IEF nº 30/2015 c/c artigo 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 c/c artigo 26, inciso I do Decreto Federal nº 6.660/2008 e os artigos 48 e 49 do Decreto Estadual nº 47.749/2019;

c) Recuperação de área de 15,259 hectares na Fazenda Reis (matrícula nº 65676) de acordo artigo 2º, inciso I, § 2º da Portaria IEF nº 30/2015 c/c artigo 32 da Lei Federal nº 11.428/2006 c/c artigo 26, inciso I do Decreto Federal nº 6.660/2008 e os artigos 48 e 49 do Decreto Estadual nº 47.749/2019;

CONSIDERANDO que a proposta de Compensação foi apresentada e aprovada pela Câmara Técnica de Atividades Minerárias - CMI do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, em sua 121ª Reunião Ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025;

CONSIDERANDO que a extensão territorial oferecida pelo empreendedor no intuito de compensar a supressão realizada atende o exigido pela Lei Federal nº 11.248/2006, bem como o disposto no art. 48, do Decreto Estadual nº 47.749/2019, que prevê a compensação na proporção de duas vezes a área suprimida;

CONSIDERANDO que para a proposta de compensação foram apresentados mapas georreferenciados e memoriais descritivos elaborados por profissional habilitado, com as respectivas ARTs e CTFs;

CONSIDERANDO que o Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF é título executivo extrajudicial, a teor do que dispõe o artigo 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, c/c o artigo 784, XII da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015;

As partes resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL com força de Título Executivo Extrajudicial, mediante as seguintes cláusulas e condições, sob pena de respectivas cominações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto estabelecer a medida compensatória de natureza florestal prevista nos artigos 17 e 32, da Lei Federal nº 11.428/2006, artigos 26 e 27 do Decreto Federal nº 6.660/2008 e artigos 48 a 51 do Decreto Estadual nº 47.749/2019, em decorrência da intervenção em vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, conforme apurado nos autos do processo de autorização para intervenção ambiental, Processo SLA nº 1450/2023 (Processo SEI híbrido nº 2090.01.0018249/2024-05) referente ao licenciamento ambiental LAC 2 (LP+LI) Projeto Ampliação das atividades minerárias e produção de cimento da Intercement no município de Ijaci/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

2.1. Executar o projeto de compensação **aprovado pelo órgão ambiental**, em atendimento ao artigo 14 da Lei da Mata Atlântica, realizando o desmembramento da área, bem como **sua REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA por meio de doação e constituição de matrícula definitiva em nome da unidade de conservação beneficiária, totalizando uma área de 20,445 hectares**, como parte da intervenção em 53,116 ha no Bioma Mata Atlântica e suas disjunções, em estágio médio de regeneração, localizada dentro

dos limites dos imóveis de matrícula nº fazenda Santa Rosa (matrícula nº 24.107) e matrícula nº Fazenda Reis (matrícula nº 65676), conforme memorial descritivo apresentado e quadro resumo abaixo, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da data de assinatura deste termo.

Fitofisionomia	Área (ha) de intervenção	Forma de compensação	Área (ha)
Floresta Estacional Decidual - Estágio Médio e Cerrado Estágio Médio	53,116	Destinação de área da Fazenda Santa Rosa Parque Estadual Serra do Papagaio	20,4450
		Fazenda Reis Servidão Ambiental (70,528 ha) e Recuperação (15,259 ha)	85,787

2.2. Providenciar, às suas expensas, a publicação do extrato deste Termo de Compromisso, no Diário Oficial de Minas Gerais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura, conforme artigo 5º, § 1º da Portaria IEF nº 30, de 03 de fevereiro de 2015;

2.3. Arcar com todos os ônus e encargos para o cumprimento das obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso;

2.4. Comprovar o cumprimento das obrigações ora assumidas junto à FEAM/DGR, apresentando os seguintes documentos:

- a) Cópia da publicação do extrato deste Termo de Compromisso na Imprensa Oficial;
- b) Cópia da(s) matrícula(s) constituídas para regularização fundiária;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Este Termo de Compromisso terá vigência a partir da data da sua celebração até o completo cumprimento das obrigações assumidas por parte da COMPROMISSÁRIA, as quais deverão ser comprovadas conforme disposto na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE

4.1. O presente Termo de Compromisso obriga, integralmente, a COMPROMISSÁRIA, bem como as subsidiárias ou empresas que se originarem da fusão, cisão, incorporação ou sucessoras a qualquer título dessa.

4.2. Todas as obrigações assumidas e previstas neste Termo de Compromisso são exigíveis nos modos e prazos nele compromissados, independentemente de qualquer notificação ou aviso preliminar, judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no âmbito do presente Termo de Compromisso implicará:

a) Aplicação imediata das sanções administrativas previstas na legislação vigente, notadamente, no Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, com encaminhamento de cópia do Auto de Infração ao Ministério Público;

b) Aplicação de multa no valor de 10.000 UFEMGs (dez mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por hectare de compensação não executada;

c) Encaminhamento de cópia do processo à Advocacia Geral de Estado – AGE - para providências quanto à execução do presente Termo de Compromisso e demais medidas cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula se dará de forma cumulativa e não afasta a execução específica das obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA na forma prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A eventual inobservância pela COMPROMISSÁRIA de quaisquer das obrigações, condições e prazos estabelecidos no presente Termo de Compromisso, desde que comprovadamente decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 da Lei Federal 10.406, de 14 de janeiro de 2002, não configurará o seu descumprimento, devendo ser imediatamente comunicada e justificada à COMPROMITENTE, que analisará o alegado, podendo fixar novo prazo para o adimplemento da(s) obrigação(ões) não cumprida(s).

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO INSTRUMENTO

O presente Termo de Compromisso produzirá efeitos a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, inclusive com relação às cominações de multa, na forma do artigo 784, XII da Lei Federal 13.105 de 16 de março de 2015, sendo desnecessária averbação no registro de títulos e documentos, conforme Título IV da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para nele se dirimirem quaisquer questões oriundas do presente Termo de Compromisso, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem certas e ajustadas, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, que será disponibilizado e assinado pela COMPROMISSÁRIA e pelo COMPROMITENTE por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI!



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Augusto Klecz, Usuário Externo**, em 07/10/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Drager Horta Azevedo, Cidadão**, em 08/10/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Esteves Leal, Diretora**, em 13/10/2025, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **124511605** e o código CRC **1594CA2E**.